

O
PARAHYBANO

22 DE DEZEMBRO
DE 1892

O PARAHYBANO

DIARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIO.

Redactores principaes: Eugenio Toscano e Arthur Achilles

Ano I

REDACÇÃO E TYPOGRAPHIA

RUA DA MISERICORDIA N.º 9 A
Avulso do dia 60 rs.
Do dia anterior 100 rs.

PARAHYBA DO NORTE

QUINTA-BEIRA 22 DE DEZEMBRO DE 1892

ASSIGNATURAS

CAPITAL.—Por tres meses..... 35000
INTERIOR e Estados—Anno..... 148000
Sem... 83000—Trimestre..... 45000

N. 239

EXPERIENCIAS

Para o fim de começarmos o ano proximo vindouro com as nossas contas regularmente fechadas, preventivemos aos nossos assignantes que de hoje por diante em andamento proceder a arrecadacão das respectivas assignaturas do presente mês de dezembro e bem assim da importância de publicações apedido e anuncios. Outro item avisaremos aos que se esqueçam em atraso que de dia certo proximo lhes suspenderemos a remessa desta folha.

Camara dos deputados

DISCURSO PRONUNCIADO NASSEGASÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1892

O sr. Epitacio Pessoa.—Sr. presidente, sou o primeiro a comprehender que o assumpto de que me vou ocupar não é de interesse a despartir o interesse dos nobres deputados que me honra com a sua atençao; ss. exes. porém, me desculparão attendendo a que fiz nesta camara asseverações de certo peso que foram formalmente contestadas, e se eu prova a justificação estou moralmente obrigado.

Dove, v. ex., estar lembrado de que em uma das ultimas sessões verbais desta tribuna um gravíssimo atentado à liberdade da imprensa parahybana e documentei as inidias ali praticadas com telegrammas de diversas procedencias que me foram endereçados, e que também foram dirigidos à imprensa desta capital. Assim por essa occasião que um individuo de nome Augusto Baltar, thesou reiro da alfândega e irmão do chefe de polícia da Parahyba, levado sem dúvida, pelo desejo de tomar um desfogo de um jornal de oposição que lhe havia atribuído a autoria de um furto, atacou a frente de uma malta de desordeiros, a typographia daquelle folha, não conseguindo realizar os seus covardes intúitos pela resistência tenaz que lá foi oposta. No dia seguinte, o chefe da polícia mandou intimar o «Parahybanos» a suspender a publicação, e porque os redactores desobedecessem a essa estolida intimação, uma força de polícia apoderava-se do edificio do jornal, e pela violencia tornava efectiva a ordem da desabusada autoridade.

O presidente da Parahyba, major Alvaro Machado, em telegrammas dirigidos a um cidadão desta capital, o dr. Abdon Milanez e a alguns jornais daqui, negou absolutamente o facto.

Nesses telegrammas eu já encontrava elematos bastantes para mostrar que aquelle cidadão faltava flagrantemente à verdade, e cumpõe, si não autor das violências que denunciou, pretendia encobrir os crimes de seus subordinados, e os seus próprios crimes. Entendi, porém, que devia manter-me de provas mais positivas, para demonstrar que a infelicidade do estado da Parahyba no período ominoso da legalidade, chegou ao ponto de passar um presidente que, ligado a pouca importância à dignidade própria, não hesitou em abusar da sua autoridade e calamaria a dignidade dos ministros.

Telographei para o meu Estado pedindo informações sobre o caso, e por sorte fui-lhe a guarda que o palermehei, e se manifestou a direção do mesmo, que o cidadão Cândido, que era o redactor atra-

mayões, de que precisava, lheve trazidas ao conhecimento da camara e ao mesmo tempo fazer algumas considerações sobre os telegrammas do sr. Alvaro Machado.

O telegramma dirigido ao sr. Abdon Milanez diz (lê):

«Parahyba, 3—Jornal Parahyba, orgão redigido Eugenio, Antonio Beruadino, Arthur Achilles e Cordeiro Junior, rejeitado pela opinião pública pela linguagem pornographic, pois também ataca a honra famílias, quasi-totalmente devolvido assignantes, vendendo sem meios para continuar publicação, imaginou ridícula comedia ataque typographia, ataque puramente ideal e somente commentado a pueros interessados o seu per-

quido grupo.

«Estado do Parahyba, orgão de Venâncio

trouxe huias notícias sobre o assumpto

fazendo grisea reflexão.

Sempre solicito maintençação ordem, se devo dizer a pendência, no que tenho sido credor, até o presente. Fiz saída chefe de polícia, n.º 1, desde a 1ª inquérito para evidenciar falsidade.

«Cidade em completa paz.—Alvaro Machado.

Se presidente, deste telegramma se colhe: 1º que o Parahyba é uma folha que usa de linguagem pornographic; 2º que ataca a honra das famílias; 3º que balde de recursos pecuniários fantasiosos a sua typographia, para justificar a suspensão da sua publicação.

Convém advertir que, ainda mesmo que as duas primeiras acusações fossem verdadeiras, jamais poderiam justificarem um assalto à liberdade da imprensa. Mas semelhantes acusações são falsas e evidentes; e a discussão dos pechos de que se prestaram a destruir o agente do sr. magistrado, glorioso e santo, puro e inmaculado, e o sr. Parahyba, por favor, para que possa querer verificá-lo, si quiserem dar-se a sua palavra, a verdade de tudo quanto acabei de dizer.

O sr. MARCIANO DE MAGALHÃES—dá um aparte.

O sr. EPITACIO PESSOA—Tenho razões para dizer que o sr. Alvaro Machado é um agente do sr. marcial Floriano Peixoto; por quanto s. s. da mensagem que dirigiu ao congresso parahybano, decidiu de modo mais positivo que tinha assinado o governo do estado por um apelo que ao seu patriotismo lizera o mariscal Floriano.

O sr. MARCIANO DE MAGALHÃES—dá um aparte.

O sr. EPITACIO PESSOA—Estava no gosto de uma leitura de tres meses, a qual foi prorrogada especialmente para que assumisse a direção do estado.

E' uma prova de muito respeito a autonomia dos estados dada pelo sr. vice-presidente da república...

Sr. presidente, o «Parahybanos», movendo intrânsigente, tem a oposição ao governo do estado, tem mantido, quer os seus artigos de doutrina, quer nos artigos de análise, os erros da administração, anti-sos todos firmados pelos saudos partidos, circunstância muito curiosa para que, em tempos de tanta infelicidade, a qual é a de que a infelicidade do estado da Parahyba no período ominoso da legalidade, chegou ao ponto de passar um presidente que,

Telographei para o meu Estado pedindo informações sobre o caso, e por sorte fui-lhe a guarda que o palermehei, e se manifestou a direção do mesmo, que o cidadão Cândido, que era o redactor atra-

sarios, designando-se pelos nomes, as mais infames invectivas, atribuindo-lhes vicios e torpezas... que fariam corar de vergonha as habitudes dos mais imundos alcoces... E admira que seja s. s. que ve- uha formular semelhante accusação, quando não hotsita em pedir aos seus

amigos que pelo orgão oficial atacassem a vida privada e a família dos jornalistas da oposição, conforme declarou o sr. capitão de artilharia Rego Barros, deputado estadual, que foi um dos convidados para aquella campanha miserável. E é um homem desse valor moral, que vêm hoje todo pudico, todo pudibundo, pedir o «Parahybanos» de escrivor pornografia e atacar a honra das famílias.

Com relação a 3ª accusação, não é elle mais procedente, nem mais verdadeira do que aquellas a que acabo de referir.

Osando do favor público e possuindo um numero regular de assignantes, o «Parahybanos» é grandemente auxiliado, o 1º encontro da capital e pelas reportações públicas e na publicação de anúncios, chefe de polícia, n.º 1, desde a 1ª inquérito para evidenciar falsidade.

Então, se o sr. presidente, se achava de

toda suspeita que aí de seguida de estender que aquela ha pousado dias diversos de partidos estaduais, que se acham em oposição ao governo actual e que tecem naquella folha o orçamento de assalto contra jornal, o «Parahyba», aqui publicado, sendo escrivaria do jornal da 1ª, o chefe de polícia mandou proceder visitaria na typographia, o que os redactores procuraram impedir; a polícia fez adiante inquérito e visitaria, verificando ser tudo falso, atingiu via tal ataque, a não ser os interessados, não houve violencia; não houve ferimento; a typographia está perfeita estado.

Conclui-se, todo fuzido, tal folha como ingê de oposição ao meu governo.

O sr. Ribeirão—dá uma parte.

O sr. Ribeirão—Pão bala da recusa se achou a empresa do «Parahyba» que claramente, tendo-se iniciado, houve excessos da cidade, por ocasião da 1ª inquérito, com que se foste a casa do sr. Alvaro Machado, remetendo em favor das famílias, que ficaram assustadas e ex-estatais, uma certa quantia que o diretorio do estado por um

investigação da justiça federal desvendaria a comédia, expondo os fargantes ao descoverta de suas de

violências, mas quando a circunstância perde intensamente seu valor, desde que se atende a que o escalo foi reportado, ato sobre o chefe de polícia recaíram suspeitas de ser o principal autor do atentado, desde que se atender a que ele é irmão do individuo que empunhava o grupo de assaltantes, e

portanto, o menos competente, o menos suspeito para proceder a qualquer investigação sobre o facto. (Apoiado.)

Para que v. ex., e a camara, sr. presidente, comprehendam que alli não houve uma comédia mas um crime, desde muito premeditado, chamo a atenção daquelles que me ouvem para as circunstâncias que vou expor.

No dia 27 de outubro o sr. presidente, declarando, a certo, o sr. Alvaro Machado, liberdade, lembrou que a direção da comissão de liberdade de imprensa da capital, o sr. Alvaro Machado, confirmou que o «Parahybanos»

Si o jornal não podia manter-se o procurava por aquelle meio justificava

(*) É exato o que afirma o distinto deputado. Nós, no entanto, que não temos a necessidade de tão galos e exagerados recados, não o achamos fazendo assim, exemplo, em o nosso vizinho, o Estado de Minas Gerais, Rego Barros, que é o chefe de polícia de Belo Horizonte, que é

sua suspeição, como se explica que os seus redactores houvessem declarado em boletim, profusamente distribuído na cidade, que, logo que cessasse as violências, continuariam a publicação?

Eis o que diz o correspondente d'O Paiz (lê):

«Parahyba do Norte, 5—O Parahyba distribuía boletim, assignado pelos redactores, historiando as ocorrências que impediram sua publicação, conforme telegraphimos.

Declararam que voltaram a 30 de setembro, logo que se reabriu a imprensa, o recurso da folha, e que a mesma o articula para que se reabrisse a imprensa.

«O governo actual tem-se traçado este

até a defendere a liberdade de imprensa, e isto é resultado da convicção, operada na maioria dos direitos, oposição, a liberdade de cada um, prega a prudência que formos atacados a emigração que seja, o casalho, por abstração de tudo quanto a alma e os atentados pessoas que sofreremos subveremos responder com os meios extremos que a pessoa nos sugerir.

Pela consideração que se acha do fato, sr. presidente, se verifica que o telegraphimo dirigido pelo presidente do Estado ao sr. Abdon Milanez é um acerto.

Voltemos agora o telegrafo, dirigido a Ribeirão (lê):

«Parahyba, 5 de novembro—Consta que folhas dali dão a notícia de assalto contra jornal, o «Parahyba», aqui publicado, sendo escrivaria do jornal da 1ª, o chefe de polícia mandou proceder visitaria na typographia, o que os

redactores procuraram impedir; a polícia fez adiante inquérito e visitaria, verificando ser tudo falso, atingiu via tal ataque, a não ser os interessados, não houve violencia; não houve ferimento; a typographia está perfeita estado.

Conclui-se, todo fuzido, tal folha como ingê de oposição ao meu governo.

O sr. Ribeirão—dá uma parte.

O sr. Ribeirão—Pão bala da recusa se achou a empresa do «Parahyba» que claramente, tendo-se iniciado, houve excessos da cidade, por ocasião da 1ª inquérito, com que se foste a casa do sr. Alvaro Machado, remetendo em favor das famílias, que ficaram assustadas e ex-estatais, uma certa quantia que o diretorio do estado por um

investigação da justiça federal desvendaria a comédia, expondo os fargantes ao descoverta de suas de

violências, mas quando a circunstância perde intensamente seu valor, desde que se atende a que o escalo foi reportado, ato sobre o chefe de polícia recaíram suspeitas de ser o principal autor do atentado, desde que se atender a que ele é irmão do individuo que

empunhava o grupo de assaltantes, e portanto, o menos competente, o menos suspeito para proceder a qualquer investigação sobre o facto. (Apoiado.)

Para que v. ex., e a camara, sr. presidente, comprehendam que alli não houve uma comédia mas um crime, desde muito premeditado, chamo a atenção daquelles que me ouvem para as circunstâncias que vou expor.

No dia 27 de outubro o sr. presidente, declarando, a certo, o sr. Alvaro Machado, liberdade, lembrou que a direção da comissão de liberdade de imprensa da capital, o sr. Alvaro Machado, confirmou que o «Parahybanos»

Si o jornal não podia manter-se o procurava por aquelle meio justificava

(*) É exato o que afirma o distinto deputado. Nós, no entanto, que não temos a necessidade de tão galos e exagerados recados, não o achamos fazendo assim, exemplo, em o nosso vizinho, o Estado de Minas Gerais, Rego Barros, que é o chefe de polícia de Belo Horizonte, que é

domínio do nosso jornalismo, não retrocederemos da marcha emetida pois temos asseguradas da consciência que se enobrece pelo seu cumprimento de um sagrado dever, qual o que assuntemos de propagar pelo bem do Estado a merecida escamoteação das igrejas a que somos victimas na famosa jornal eleitoral de 7 de setembro.»

No mesmo dia o Correio Oficial deixava de lado o desejo de estabelecer a lei de censura policial, tornava-se mais franco e positivo e ameaçava a imprensa republicana no seguinte trecho:

«Declaram que voltaram a 30 de setembro, logo que se reabriu a imprensa, o recurso da folha, e que a mesma o articula para que se reabrisse a imprensa.

«O governo actual tem-se traçado este

até a defendere a liberdade de imprensa, e isto é resultado da convicção, operada na maioria dos direitos, oposição, a liberdade de cada um, prega a prudência que formos atacados a emigração que seja, o casalho, por abstração de tudo quanto a alma e os atentados pessoas que sofreremos subveremos responder com os meios extremos que a pessoa nos sugerir.

Pela consideração que se acha do fato, sr. presidente, se verifica que o telegraphimo dirigido pelo presidente do Estado ao sr. Abdon Milanez é um acerto.

Voltemos agora o telegrafo, dirigido a Ribeirão (lê):

«Parahyba tomava em consideração as ameaças oficiais e sobre elas fazia divulgadas comentárias que disseram pensar de der para não me alongar.»

No dia 1 de novembro verificava-se o golpe, e repetiu-se este, no dia seguinte, e de novo, e repetiu-se o golpe, e o dia de polícia, como se jij vigorasse a lei de censura, intimava os redactores, submetia de prisão, e suspendiam a publicação do jornal o mais tarde possível, ou por meio de armada o edifício da folha.

Ora, não de coarvir os nobres deputados que este conjunto de circunstâncias, esta concatenção de factos, demonstram claramente que se honra uma comédia na Parahyba, forain' della protagonistas o presidente do Estado e o chefe de polícia.

E se presidente, para que v. ex. possa aputar a parcialidade e a intolerância com que o governo do Estado vai procedendo neste assumpto, basta saber que um distinto do medico do exercito, o dr. Coelho Junior, da garnição da Parahyba, acaba de ser transferido para o longínquo Estado de Mato-Grosso, por haver, como, correspondente d'O Paiz, denunciado o ataque às officinas d'O Paiz.

Ea disse, ao começo, que havia pedido informações sobre os acontecimentos a que pretei referido.

Transmiti para o meu Estado os telegrammas expedidos pelo sr. Alvaro Machado ao dr. Abdon Milanez e à imprensa desta capital. Eis as informações que recebi e que não me foram fornecidas:

«No dia 27 de outubro o sr. presidente, declarando, a certo, o sr. Alvaro Machado, liberdade, lembrou que a direção da comissão de liberdade de imprensa da capital, o sr. Alvaro Machado, confirmou que o «Parahybanos»

Si o jornal não podia manter-se o procurava por aquelle meio justificava

